



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Questões que Norteiam a Geografia



Atena
Editora
Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Questões que Norteiam a Geografia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
Q5	Questões que norteiam a geografia [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-653-9 DOI 10.22533/at.ed.539192709 1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. CDD 918.1
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Questões que Norteiam a Geografia”, cujo título apresenta inúmeras possibilidades, e, sobretudo, provocações ao construirmos e desconstruirmos uma Geografia para o século XXI. Trata-se de uma leitura teórica e empírica oriunda de diferentes pesquisadores que dialogam com a arte de “sulear-se”, ou seja, constroem suas análises respaldadas em diferentes matrizes epistêmicas, valorizando o conhecimento desenvolvido horizontalmente e socialmente em diferentes instituições de ensino, pesquisa e extensão do Brasil.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de diferentes enfoques temáticos, ou seja, reconhecendo as diferentes subáreas da Geografia, a saber: Geografia Agrária, Geografia Econômica, Geografia Urbana, Geografia Física, Planejamento Ambiental, Geotecnologias e Ensino de Geografia.

O Capítulo 1 - “A participação do Brasil na divisão internacional do trabalho e a reprimarização da pauta exportadora no período pós-2000” da pesquisadora Denise Leonardo Custodio Machado de Oliveira vinculada à Universidade Federal de Uberlândia, apresenta uma fecunda análise sobre a participação do Brasil na divisão internacional do trabalho, com ênfase ao período pós-2000, no qual se verifica um crescimento nas exportações de produtos primários, tais como os de origem agropecuária e agroindustrial. Trata-se de um ensaio sobre os reflexos na divisão territorial do trabalho.

O Capítulo 2 - “Ocupação, produção e transformações camponesas no território da Canastra” do pesquisador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira da Universidade Estadual de Montes Claros, apresenta um breve resgate histórico da formação do Parque Nacional da Serra da Canastra no sudoeste do estado de Minas Gerais a partir das implicações e disputas territoriais para os camponeses.

Já no Capítulo 3 – “Tendências atuais da agricultura familiar no município de Santa Maria-RS”, dos pesquisadores Janete Webler Cancelier e Daiane Loreto de Vargas da Universidade Federal de Santa Maria, tecem um panorama da agricultura familiar no município de Santa Maria enfatizando as atividades que possibilitam a reprodução e a permanência dessas famílias no campo, concebendo esse processo como heterogêneo e diversificado.

No Capítulo 4 de autoria da pesquisa Cleusi Teresinha Bobato Stadler da Universidade Estadual de Ponta Grossa intitula-se: “Agrobiodiversidade - “sementes crioulas” - saberes e práticas em comunidades tradicionais do Paraná”, é apresentado uma importante discussão envolvendo a produção do conhecimento científico na Geografia a partir da decolonialidade. Dessa maneira, a autora apresenta algumas

práticas e territorialidades dos Faxinalenses, Quilombolas e Caiçaras materializadas na agrobiodiversidade das sementes crioulas.

Já no Capítulo 5 – “Invisibilidade e resistência das comunidades quilombolas em Corumbá- MS: estudo de caso na sub-região Paraguai do Pantanal” do pesquisador João Batista Alves de Souza do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, aborda-se uma leitura sobre a invisibilidade e resistência das Comunidades Quilombolas na Sub-Região Paraguai do Pantanal, enfatizando as relações de poder e produção territorial juntamente com relação sociedade e natureza nesses territórios.

Por fim, os capítulos 6 e 7 encerram os debates e envolve as análises oriundas da Geografia Agrária e Econômica, com os textos: “Agricultura irrigada e recursos hídricos: espacialização de pivô central no município de Paraúna, Goiás, Brasil”, de autoria dos pesquisadores Íria Oliveira Franco, Cleonice Batista Regis Soares e Frederico Augusto Guimarães Guilherme da Universidade Federal de Goiás; e “As determinações e impactos da cana-de-açúcar no interior paulista: um breve estudo das microrregiões de Araraquara e São Carlos”, dos pesquisadores Bruna Martins da Paixão e Renan Yamasaki Veiga Barros vinculados à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, que tratam respectivamente do sistema de irrigação com pivô central e a produtividade de culturas agrícolas no município de Paraúna-Goiás, cujos impactos e conflitos pelo uso da água seguem vigentes; e análise das determinações territoriais estabelecidas nas microrregiões de Araraquara e São Carlos no âmbito do desenvolvimento da agricultura no interior paulista, sobretudo, através da produção da cana-de-açúcar na composição hegemônica da produção de monocultivos e homogeneização das paisagens.

No Capítulo 8 - “A reconfiguração territorial e as políticas públicas do estado: o caso da cidade de Ouanaminthe (Haiti)” do pesquisador Guerby Sainté da Universidade Estadual de Campinas, o mesmo elabora uma análise sobre a reconfiguração territorial e as políticas públicas do Estado no caso da cidade de Ouanaminthe – Haiti em diálogo com os dilemas da gestão e na organização sociopolítica do Estado.

No Capítulo 9 - “Reestruturações urbanas e seus reflexos em cidades intermediárias nordestinas: metamorfoses e permanências socioespaciais” de autoria dos pesquisadores João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão, Bruna Garcia dos Santos, Matheus Teófilo Gomes e Lucas José Elias Bezerra dos Santos do Instituto Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Paraíba e Instituto Federal da Paraíba, nota-se uma contribuição sobre os processos de reestruturação urbana no âmbito das cidades intermediárias à luz dos estudos sobre reestruturação urbana no Brasil.

Enquanto o Capítulo 10 - “A mobilidade urbana em questão: um olhar geográfico sobre Uruaçu-GO-2014” dos pesquisadores Gabriel Freitas Andrade e John Carlos Alves Ribeiro do Instituto Federal de Goiás, encerram as leituras sobre o quadro urbano enfatizando a mobilidade urbana a partir dos eventos esportivos realizados no

país e sua relação teórico-empírica com o município de Uruaçu em Goiás.

No capítulo 11- “Apropriação dos recursos naturais e reflexo na paisagem: o caso da microbacia do córrego água quente em rio quente-GO” dos pesquisadores Joel Cândido dos Reis e Rildo Aparecido Costa da Universidade Federal de Goiás, nota-se uma importante interpretação sobre as águas termais e apropriação dos recursos naturais pelo capital financeiro, tendo o turismo como um agente desse processo.

Já no Capítulo 12, os autores José Batista Siqueira, Fabrício Passos Fortes e Sanmy Silveira Lima vinculados à Universidade Federal de Sergipe, GEOFortes e Universidade Federal de Pernambuco apresentam a seguinte contribuição: “Geotecnologia aplicada à identificação de aspectos geológicos e espeleológicos do município de Simão Dias, Sergipe/Brasil”, que discute os aspectos geológicos e espeleológicos da porção Sergipana do domínio Vaza Barris, localizada no município de Simão Dias obtidos através de técnicas de geotecnologias, revisão de literatura, processamento de imagens, e trabalhos de campo.

No capítulo 13 – “Análise preliminar de estudos relacionados à região do Jalapão – TO/PI/BA/MA”, dos pesquisadores Joeslan Rocha Lima e Claudiomar da Cruz Martins da Universidade Federal do Tocantins, apresentam uma fecunda reflexão sobre a preservação ambiental a partir do mosaico de unidades de conservação na região do Jalapão.

Nos dois últimos capítulos da Coletânea, o debate sobre o Ensino da Geografia é enfatizado em contribuições atualíssimas. O Capítulo 14 intitulado “Aproximações entre a Geografia Escolar e a Neurociência: o raciocínio geográfico na BNCC”, dos pesquisadores Juliano Pereira de Mello e Antônio Carlos Vitte da Universidade Estadual de Campinas faz um panorama da Base Nacional Comum Curricular relacionando-a ao ensino geográfico a partir dos conceitos de Pensamento Espacial, Raciocínio Geográfico e Conhecimento Geográfico. Nesse devir, os autores tecem alguns diálogos e contribuições sobre a Neurociência aplicada à educação, qualificando o trabalho pedagógico no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo, na construção do Currículo para a Educação Básica.

Por fim, o Capítulo 15 - “Formação de professores: o incentivo à prática docente através da musicalização da Geografia” dos pesquisadores Mônica Hellen Ribeiro Cardoso e Daniel Mallmann Vallerius da Universidade Federal do Pará, os autores debatem as contribuições de música e suas práticas na formação do Professor de Geografia a partir das atividades do Laboratório de Práticas de Ensino de Geografia UFPA (LabPrat), campus de Altamira- Pará. Trata-se, portanto, de uma prática refletiva para construção de dispositivos didáticos para os futuros professores de Geografia recriarem nas suas aulas na Educação Básica.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Montes Claros-MG
Agosto de 2019.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA NO PERÍODO PÓS-2000	
Denise Leonardo Custodio Machado de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5391927091	
CAPÍTULO 2	12
OCUPAÇÃO, PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÕES CAMPONESAS NO TERRITÓRIO DA CANASTRA	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.5391927092	
CAPÍTULO 3	29
TENDÊNCIAS ATUAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS	
Janete Webler Cancelier Daiane Loreto de Vargas	
DOI 10.22533/at.ed.5391927093	
CAPÍTULO 4	44
AGROBIODIVERSIDADE - “SEMENTES CRIOULAS” - SABERES E PRÁTICAS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DO PARANÁ	
Cleusi Teresinha Bobato Stadler	
DOI 10.22533/at.ed.5391927094	
CAPÍTULO 5	55
INVISIBILIDADE E RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM CORUMBÁ- MS: ESTUDO DE CASO NA SUB-REGIÃO PARAGUAI DO PANTANAL	
João Batista Alves de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.5391927095	
CAPÍTULO 6	69
AGRICULTURA IRRIGADA E RECURSOS HÍDRICOS: ESPACIALIZAÇÃO DE PIVÔ CENTRAL NO MUNICÍPIO DE PARAÚNA, GOIÁS, BRASIL	
Íria Oliveira Franco Cleonice Batista Regis Soares Frederico Augusto Guimarães Guilherme	
DOI 10.22533/at.ed.5391927096	
CAPÍTULO 7	83
AS DETERMINAÇÕES E IMPACTOS DA CANA-DE-AÇÚCAR NO INTERIOR PAULISTA: UM BREVE ESTUDO DAS MICRORREGIÕES DE ARARAQUARA E SÃO CARLOS	
Bruna Martins da Paixão Renan Yamasaki Veiga Barros	
DOI 10.22533/at.ed.5391927097	
CAPÍTULO 8	94
A RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO: O CASO DA CIDADE DE OUANAMINTHE (HAITI)	
Guerby Sainté	
DOI 10.22533/at.ed.5391927098	

CAPÍTULO 9	106
REESTRUTURAÇÕES URBANAS E SEUS REFLEXOS EM CIDADES INTERMEDIÁRIAS NORDESTINAS: METAMORFOSES E PERMANÊNCIAS SOCIOESPACIAIS	
João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão	
Bruna Garcia dos Santos	
Matheus Teófilo Gomes	
Lucas José Elias Bezerra dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5391927099	
CAPÍTULO 10	126
A MOBILIDADE URBANA EM QUESTÃO: UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE URUAÇU-GO-2014	
Gabriel Freitas Andrade	
John Carlos Alves Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.53919270910	
CAPÍTULO 11	140
A PROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E REFLEXO NA PAISAGEM: O CASO DA MICROBACIA DO CÓRREGO AGUA QUENTE EM RIO QUENTE-GO	
Joel Cândido dos Reis	
Rildo Aparecido Costa	
DOI 10.22533/at.ed.53919270911	
CAPÍTULO 12	151
GEOTECNOLOGIA APLICADA À IDENTIFICAÇÃO DE ASPECTOS GEOLÓGICOS E ESPELEOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS, SERGIPE/BRASIL	
José Batista Siqueira	
Fabrício Passos Fortes	
Sanmy Silveira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.53919270912	
CAPÍTULO 13	163
ANÁLISE PRELIMINAR DE ESTUDOS RELACIONADOS À REGIÃO DO JALAPÃO – TO/PI/BA/MA	
Joeslan Rocha Lima	
Claudiomar da Cruz Martins	
DOI 10.22533/at.ed.53919270913	
CAPÍTULO 14	174
APROXIMAÇÕES ENTRE A GEOGRAFIA ESCOLAR E A NEUROCIÊNCIA: O RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO NA BNCC	
Juliano Pereira de Mello	
Antônio Carlos Vitte	
DOI 10.22533/at.ed.53919270914	
CAPÍTULO 15	186
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O INCENTIVO À PRÁTICA DOCENTE ATRAVÉS DA MUSICALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA	
Mônica Hellen Ribeiro Cardoso	
Daniel Mallmann Vallerius	
Francisco Fernandes Ladeira	
DOI 10.22533/at.ed.53919270915	
SOBRE O ORGANIZADOR	194
ÍNDICE REMISSIVO	195

OCUPAÇÃO, PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÕES CAMPONESAS NO TERRITÓRIO DA CANASTRA

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Departamento de Geociências e
PPGEO – Universidade Estadual de Montes
Claros – MG

RESUMO: O presente capítulo é oriundo das pesquisas de Ferreira (2013 e 2018), ao analisar os conflitos e disputas territoriais nas nascentes do rio São Francisco, ou seja, no Parque Nacional da Serra da Canastra, criado em 1972 no sudoeste do estado de Minas Gerais. Como recorte temporal utilizou-se o histórico da referida Unidade de Conservação Ambiental em consonância com os demais registros que tratam dessa região e seus desafios ambientais, sociais e econômicos. Cabe salientar que, além da revisão de literatura e análise documental e jurídica, inúmeros trabalhos de campo foram realizados nos municípios que hoje estão localizados dentro do Parque, bem como em seu entorno. Dessa maneira, evidencia-se o potencial da agricultura camponesa em consonância com a etnoconservação e a formação de um território em constante disputa na Serra da Canastra.

PALAVRAS-CHAVE: Território. Campesinato. Serra da Canastra. Unidade de Conservação.

OCCUPATION, PRODUCTION AND PEASANT TRANSFORMATIONS IN THE CANASTRA TERRITORY

ABSTRACT: This chapter results from Ferreira (2013 and 2018) researches, when analyzing territorial conflicts and disputes in the São Francisco River spring, in the Serra da Canastra National Park, created in 1972 in the southwest of Minas Gerais state. As a timeframe, we used the history of this Environmental Conservation Unit in line with the other records dealing with this region and its environmental, social and economic challenges. It is worth mentioning that, in addition to literature review and documentary and legal analysis, numerous fieldwork were done in the municipalities that are currently located within the Park, as well as in the surroundings. Thus, it is evident the potentiality of peasant agriculture in consonance with ethnoconservation and a territory formation in unceasing dispute in the Serra da Canastra.

KEYWORDS: Territory. Peasantry. Serra da Canastra. Conservation unit.

1 | INTRODUÇÃO

A criação do PNSC ocorreu num segundo momento da Ditadura Militar (1971-1985), juntamente com outros Parques, como o da Bocaína (RJ, 1971) e da Amazônia (PA – AM,

1974), ressaltando um determinado “compromisso ecológico”, visto as transformações ocorridas na primeira fase da Ditadura Militar (1964-1970), as quais podem ser sintetizadas pela modernização econômica e pelo agravamento da questão social (OLIVEIRA, 1992).

Dentre os principais problemas na criação de áreas de conservação no Brasil, pode-se dizer que a concepção de conservação sem pessoas é a que mais se destaca, atrelado à forma autoritária como foram e são criadas, redimensionadas ou extintas, refletindo, ainda, no ideário de que conservação deve e pode ser feita sem a presença humana (FERREIRA, 2013).

Outra situação comum na origem dos PARNAs é a mobilização das populações atingidas, especialmente os camponeses, tentando, assim, evitar a desapropriação de suas terras, ou temendo o valor comumente pago pelas áreas desapropriadas, e, sobretudo, pela manutenção de um modo de vida, cujo vínculo muitas vezes é ancestral naquela terra.

Lyria Chaves de Andrade Oliveira (1992), na pesquisa intitulada *Produtores Rurais e Parque Nacional: um estudo de caso na Serra da Canastra - MG*, apresenta uma interlocução significativa com outros pesquisadores que analisam os Parques Nacionais no Brasil, afirmando que no país muitos PARNAs existem de direito e não de fato. Trata-se, portanto, dos chamados “Paper Parks” - Parques no Papel, “[...] pois muitos só se apresentam como Parques apenas no decreto de criação” (OLIVEIRA, 1992, p. 6). Essa perspectiva está cunhada no fato de que a alocação de recursos financeiros para a desapropriação das terras não acontece antes do ato de criação e implementação dessas UCs, agravando, assim, os problemas fundiários que se arrastam por décadas, como é o caso do PARNA da Serra da Canastra.

2 | AS TRANSFORMAÇÕES CAMPONESAS NO TERRITÓRIO DA SERRA DA CANASTRA

Na história da ocupação territorial da região, onde se encontra o Parque Nacional da Serra da Canastra (PNSC), indígenas, escravos foragidos e refugiados em quilombos, e, posteriormente, camponeses, fazem parte do contexto analisado.

Segundo Soares, Bizerril e Santos (2008), a ocupação humana não foi nem um pouco harmoniosa, muitas lutas sangrentas já foram travadas na Canastra. Na primeira, em 1675, os índios Cataguazes foram dizimados pelos bandeirantes, liderados por Lourenço Castanho Taques. Atualmente, há poucos registros desses índios; dentre os poucos registros sabe-se que lutaram muito, antes da expulsão e dizimação.

Posteriormente, alojaram-se nessas terras - então denominadas Cabrestos Grandes - os negros escravos fugidos das fazendas localizadas nas redondezas. Eles criaram os quilombos e resistiram ao domínio dos brancos por muitos anos, mantendo suas tradições e firmando um importante lugar na história do Brasil. O mais famoso quilombo da região foi o do Pai Inácio, que dizem ter sido tão grande quanto o de Palmares, que existiu em Alagoas. Os negros aproveitaram muito bem

a abundância de água e as terras férteis da cabeceira do São Francisco e viviam da agricultura, da pesca e da caça. Conheciam a biodiversidade e os caminhos da Canastra. Por isso, puderam resistir durante longos anos ao domínio dos brancos. Em uma batalha sangrenta sob o comando de Diogo Bueno da Fonseca, em meados do século XVIII, os quilombolas foram aniquilados. Alguns conseguiram fugir e ajudaram a compor a sociobiodiversidade que hoje encontramos no Cerrado (SOARES; BIZERRIL; SANTOS, 2008, p. 42).

Nesse contexto, pode-se afirmar que as alterações na natureza praticadas por esses diferentes modos de vida indicam que o desenvolvimento da economia local prevaleceu por séculos, como já apontava o naturalista francês Auguste de Saint-Hilare, que conheceu a região entre 1816 a 1822.¹

No relatório de viagem, Saint-Hilare destaca que os moradores cultivam a terra com suas próprias mãos e que o gado que criam é uma renda, apesar de pequena, importante para a região (SAINT-HILARE, 2004).

Sobre o quilombo, argumenta que a origem de Pium-i (Piumhi), é um acampamento para combater os negros fugidos que, “[...] haviam embrenhado na Serra da Canastra e levaram desassossego aos poucos agricultores estabelecidos na região. Depois de destruído o quilombo o acampamento se transformou em núcleo habitacional permanente” (SAINT-HILARE, 2004, p. 95-96).

Segundo Lourenço (2005), as campanhas contras os quilombos iniciaram por volta de 1750 em diante, havia muitos migrantes, alguns detentores de posses e alguns

No relatório de viagem, Saint-Hilare destaca que os moradores cultivam a terra com suas próprias mãos e que o gado que criam é uma renda, apesar de pequena, importante para a região (SAINT-HILARE, 2004).

Sobre o quilombo, argumenta que a origem de Pium-i (Piumhi), é um acampamento para combater os negros fugidos que, “[...] haviam embrenhado na Serra da Canastra e levaram desassossego aos poucos agricultores estabelecidos na região. Depois de destruído o quilombo o acampamento se transformou em núcleo habitacional permanente” (SAINT-HILARE, 2004, p. 95-96).

Segundo Lourenço (2005), as campanhas contras os quilombos iniciaram por volta de 1750 em diante, havia muitos migrantes, alguns detentores de posses e alguns escravos, mas, majoritariamente, era formada de roceiros pobres e negros libertos que em breve ocupariam, com seus sítios e fazendas, as terras liberadas dos quilombos.

Para Barbosa (2007, p. 51):

A Serra da Canastra foi, portanto, palco de intensas disputas na segunda metade do século XVIII. O território antes desprezado pela metrópole portuguesa ganhou importância econômica e política após a abertura dos novos caminhos para as minas goianas. A necessidade de ocupar e controlar o interior da colônia levou o Estado português a incentivar sua colonização, através da concessão de terras e incentivos a atividade agropastoril. Assegurado esse domínio territorial e com o arrefecimento do ciclo da mineração, a pecuária extensiva se tornou a principal

¹ A primeira versão do livro: Viagens às nascentes do Rio São Francisco é de 1847, originalmente publicado em francês.

atividade econômica nas nascentes do São Francisco, no centro-oeste mineiro. Nesse contexto histórico, a agricultura camponesa exerceu uma função estratégica no desenvolvimento agropastoril. No primeiro momento, os camponeses atuaram como desbravadores, garantindo a ocupação das terras após o extermínio de índios e negros, e posteriormente como força de trabalho complementar na produção de alimentos e na formação de pastagens.

No Vale da Babilônia, escutei algumas histórias sobre escravos fugidos e conheci a Cachoeira do Quilombo, atualmente no município de Delfinópolis, área provavelmente utilizada como esconderijo para chegar ao Quilombo do Pai Inácio.

Em relação às queimadas, Saint-Hilare fez várias menções na sua obra, dentre elas destaca-se que é uma prática comum realizada normalmente, no final da seca, e, para muitos, deve ser feita na lua minguante.

A partir desse contexto, reconhece-se que a lógica da produção camponesa, assentada na forma simples de circulação das mercadorias, onde se destaca a conversão em dinheiro para converterem em mercadorias, é predominante na Canastra.

Oliveira (1991), ao analisar os elementos da produção camponesa, salienta, num primeiro momento, a presença e qualificação da força de trabalho e também os elementos ligados aos meios de produção e à propriedade da terra, ou seja, são marcas importantes do campesinato brasileiro, as quais podem ser verificadas na Canastra.

Ainda no âmbito da agricultura camponesa, predomina um manejo agropastoril tradicional, com terras de pastagem e de cultivos. Em determinados contextos, é possível se deparar com o trabalho acessório, ou seja, os camponeses podem se tornar assalariados para reverterem na própria propriedade camponesa.

Outras atividades como o garimpo e, mais recentemente, o turismo, se fazem presente no território camponês da Canastra. Em relação ao garimpo, este data do início do século XIX e durou cerca de 90 anos; os municípios onde havia garimpo eram Vargem Bonita e São Roque de Minas, especialmente no Distrito de São José do Barreiro.

Segundo Pádua (1983, p. 91): “A garimpagem de diamantes é tradicional nos aluviões quaternários do rio São Francisco, a partir das proximidades da cachoeira Casca d'Anta até pouco mais abaixo da desembocadura do ribeirão Capetinga”.²

O reconhecimento do garimpo por parte dos órgãos responsáveis é importante para caracterizar as atividades conflitivas existentes na região. As áreas do garimpo eram cedidas pelos donos da terra, e os garimpeiros eram chamados de meia-praça, que significava dividir 50% do valor líquido da renda dos diamantes com os proprietários, pagando, assim, o uso das terras e das águas (SOARES; BIZERRIL; SANTOS, 2008).

Sobre esse cenário, entrevistei um ex-garimpeiro no Distrito de São José do

2 “O maior diamante obtido na região foi encontrado a 3 km. abaixo da Casca d'Anta e pesava 110 quilates. A produção diamantífera anual é de cerca de 800 quilates. A garimpagem é trabalho desordenado e destruidor do substrato onde as gemas são procuradas, tornando barrentas as águas dos rios locais” (PÁDUA; COIMBRA FILHO, 1979, p. 93).

Barreiro, Zé Chibiu, que ressalta a importância da roça de milho, feijão e arroz, num dado período do ano e, em outro, as atividades no garimpo.

Zé Chibiu: Foi em 1953 que nós mudou para cá [São José do Barreiro], ai eu comecei no garimpo, né! Não tinha IBAMA, você podia garimpar, podia caçar, era tudo normal, sabe? Ai eu combinei com um colega meu, eu e ele de garimpar, que é igual aquela foto, mas não era aquele rapaz que eu comecei, era outra pessoa. Mas, nós tocava por conta, era assim: se pegasse era meu e dele, e ai pagava a porcentagem de água e porcentagem da fazenda, dez da água e dez da fazenda. Então nós pegava os diamantes e partia, sabe? Depois de tudo pago nós partia. E ai, uns oito trabalhou comigo, aquele saiu e arrumava outro, mas era difícil, não era fácil não viu? Para nós chegar no cascalho, nós tirava quase 40, 50 baldes de terra para pode chegar no cascalho, falava desmontar: era com quatro bois e dois carros, sabe? Levava um carro lá cheio de terra, colava o outro aqui e nós enchia de terra e vinha o rapaz com os bois outra vez, e levava lá, era um mês assim daquele jeito. Era difícil! era fácil não... ai é acabou de desmontar [barranco com terra], agora é começar a rancar o cascalho, ai nós ia arrancar o cascalho, cortava lá os pedaço de talhões assim [gestos], tinha piçarra, ai já não tinha cascalho mais, era uns 20 palmo de cascalho, ai nós fazia ai 200, 280, 300 carretas puxada na carreta de boi, ai levava daquilo pra água. Tinha o batido d'água, tinha uma currida que não era maquinário, era currido feito no chão, e ia resumir no cascalho. Toda tarde nós tirava aquele fervedor que eles fala aqui, o diamante cai e vai embaixo e o cascalho ruim vai rodando ai nós tirava um pouco punha na peneira e penerava, tinha dia que pegava quinze, mais tudo fino, era assim! Ai acabava de tirar o cascalho que nós desmontou e começa novamente a tirar outra vez, era mais um mês, até chegar no cascalho. E ai pegava os diamantes e vendia para os capangueiros lá na Vargem Bonita.

Gustavo: Isso ai era tudo próximo da Casta D'Anta?

Zé Chibiu: Tudo aí na margem do rio. Era bão viu, não tinha problema de IBAMA, não era tudo livre viu... cê podia trabalhar tranquilo!

Gustavo: Até quando o senhor garimpou?

Zé Chibiu: Ah, eu trabalhei no garimpo nada nada uns 20 anos! ³

Percebe-se, nessa passagem, que a porcentagem paga aos proprietários da terra era menor, chegando a vinte por cento dos diamantes garimpados. Além disso, notam-se as dificuldades em relação às técnicas de mineração, escavava-se com pás, picaretas, carros de mão e carros de boi; fazia-se, também, o desvio d'água por meio de canais que funcionavam como aquedutos para onde os cascalhos das lavras eram peneirados, conforme pode-se verificar nas Fotografias 1 e 2: Zé Chibiu e seu sócio no garimpo e os impactos causados pela atividade de exploração do diamante, em São José do Barreiro e em Vargem Bonita, respectivamente.

Observa-se ainda na fala do meu interlocutor que pagavam ao fazendeiro, ou seja, ao dono das terras onde garimpavam. Essa porcentagem incluía o desmonte dos barrancos para se chegar ao cascalho e também pelo uso da água. No tocante aos

³ Entrevista realizada em 8 de janeiro de 2011 em São José do Barreiro – Distrito de São Roque de Minas.

diamantes vendidos nos anos em que trabalhou com garimpo, Zé Chibiu, ressaltou que o dinheiro do mesmo não deixou ninguém rico, inclusive ele e seus companheiros.

Nesse sentido, vale ressaltar que muitos atravessadores compravam os diamantes a preços inferiores ao praticado no mercado e revendiam em São Paulo, por exemplo. Na trajetória do meu interlocutor, destaca-se que além do trabalho na roça e no garimpo, posteriormente adquiriu um carro e trabalhava como motorista particular e atualmente é aposentado e continua a residir no distrito do Barreiro.



Fotografia 1: Zé Chibiu e seu sócio no garimpo em 1953

Fonte: Arquivo pessoal de Zé Chibiu, ex-garimpeiro. São Roque de Minas-MG.



Fotografia 2: Exploração de garimpo nas margens do rio São Francisco, em Vargem Bonita – década de 1940

Fonte: Arquivo pessoal de Antônio Francisco de Faria (apud BARBOSA, 2007, p. 60).

A fotografia 2 do Sr. Antônio, atualmente morador de São Roque de Minas é bem reveladora. Primeiramente, nota-se que é um garimpo onde toda a família trabalha como pode-se ler: “Garimpo Searense - Família Searense”, observa-se ainda, a divisão entre o rancho, a área de desmonte para se chegar ao cascalho, e, sobretudo, algumas ferramentas, homens trabalhando, uma criança e um homem sentado ao lado de uma mulher que aparenta segurar uma criança.

Nota-se também que a área garimpada, pertence à “Fasenda Afonso Bueno”, evidenciando como relatou Zé Chibiu, que não havia conflitos com os fazendeiros – proprietários das terras garimpadas. Todavia, era necessário pagar a porcentagem aos proprietários.

De acordo com as informações sobre o garimpo em São José do Barreiro, é provável que a exploração na região durou até 1973, pois, como a foto de Zé Chibiu data de 1953, e ele garimpou por cerca de 20 anos, temos mais um elemento que colabora no entendimento da regularização fundiária do PNSC, até por que essas áreas, após a cachoeira Casca D’anta, nunca estiveram dentro do PARNA, e mesmo

após o Decreto de criação, em 1972, muitas atividades continuaram normalmente.

Gustavo: E quando começou a história do Parque?

Zé Chibiu: Ai começou a história do Parque, oh não é para garimpar mais! Vai fechar o garimpo! Eu fui e falei: cê que saber de uma coisa, nós tá vivendo com garimpo, mas pouco tá valendo, se fechar a bem nosso, que feche! E ai fechou! E ai nós não garimpou mais também, sabe? Ai eu parei!

Gustavo: Caso o pegasse garimpando depois disso?

Zé Chibiu: Ai não pode, se a polícia pegasse tomava toda a ferramenta, peneira o que tivesse tomava mesmo. A primeira vez não tem nada. Toma as ferramentas e tudo, depois se tornar a pegar ai já dá problema, sabe?! E ai eu fui parei! Ah, não vou mexer com isso mais não, sabe?! Mas eu não senti falta do garimpo também não! Aquilo é só ilusão, sabe?!

Gustavo: Naquela época tinha problema com os fazendeiros?

Zé Chibiu: Não! Com os fazendeiros não tinha nada, né! Ele tinha porcentagem dele, cê pegou diamante cê vai lá e paga dez por cento do valor do diamante. O da água também do mesmo jeito, acabou de resumir o negócio pegava os diamantes, vendia e acertava com o rapaz. Era desse jeito! Agora não! Agora não pode mexer em nada.

Gustavo: E tem muito diamante ainda?

Zé Chibiu: Iiiii rapaz! Isso ai é rico de diamante, aleluia! Ai é rico, sabe? No entanto, ninguém mexe mais.

Gustavo: E essa baixada virou Parque?

Zé Chibiu: Não ela não é Parque! Ela tá perto do Parque, sabe? Mas, só que onde é garimpo não é Parque. Parque é de uma certa altura pra frente. Mas, ninguém mexe com garimpo por causa do IBAMA, por causa do Meio Ambiente, né? Para não tá estragando, né? Que de certo estraga mesmo, falar a verdade mesmo - o homem é danado para destruir e construir é pouco, cê e pode anotar! ⁴

A organização do garimpo proporcionava o convívio com as atividades agrícolas na região, estabelecendo laços de dependência e reciprocidade. Sobre essa perspectiva Barbosa (2007, p. 62) afirma:

[...] essa interação entre exploração mineral e produção agropastoril, nos espaços de vida e trabalho dos camponeses, que nos interessa, pois demonstra que uma atividade não eliminava a outra, mas eram, interdependentes. Para os garimpeiros, a produção camponesa assegurava principalmente o abastecimento de alimentos. Já para os camponeses, as lavras significavam oportunidade de melhoria na renda, através da comercialização de produtos agrícolas e arrendamento das terras. Além disso, trabalhavam ora de forma integral, quando havia excedente de força de trabalho nas unidades produtivas, ora eventual, nos meses em que as tarefas no campo se reduziam. Era comum, por exemplo, os camponeses executarem o transporte de cascalho das lavras para os locais onde ocorria a peneiragem desse material, utilizando para isso carros-de-boi.

4 Entrevista realizada em 8 de janeiro de 2011 em São José do Barreiro – Distrito de São Roque de Minas.

O garimpo, portanto, favorecia a produção camponesa, impedindo a sua desestruturação após sua proibição. A criação do PNSC, em partes, auxiliou no fechamento das lavras, que no início da década de 1970 já eram mecânicas e os impactos ambientais aumentavam exponencialmente (BARBOSA, 2007).

Nos anos de 1980, com a intensa fiscalização e proibição do IBDF, houve um declínio da atividade na região e muitos garimpeiros tiveram dificuldade em se adaptar às mudanças, outros migraram ou voltaram majoritariamente às atividades agrícolas (SOARES; BIZERRIL; SANTOS, 2008).

O garimpo na região está, de certo modo, atrelado à regularização fundiária nos seguintes aspectos: primeiramente sabe-se que o PARNA, por meio do IBDF, conseguiu regularizar em torno de 72 mil hectares; e, segundo esse órgão, o gado, o fogo e o garimpo foram os principais impactos na área do PARNA, responsáveis, portanto, pelos danos existentes na sua área (PÁDUA, 1983). A partir desse contexto, temos que analisar o garimpo em dois momentos distintos: o garimpo antes e depois da década de 1980, por se tratar de situações diferentes no tocante à exploração.

Vale ressaltar, que outros projetos externos ao PARNA também contribuíram com o aumento do garimpo e, conseqüentemente, acirraram as disputas em torno da constituição dessa UC de Proteção Integral.

A represa de Peixoto, atualmente denominada Mascarenhas de Moraes, como já mencionado, e, posteriormente, a inauguração das duas primeiras unidades da hidrelétrica de Furnas, em 1963, no rio Grande, fizeram com que as águas inundassem parte do município de Capitólio, próximo ao lago recém-criado. Como conseqüência, houve um aumento do processo de êxodo rural, devido à falta de alternativas econômicas. Após os anos 1970, o garimpo manual passou a ser substituído pelo garimpo mecanizado, tornando a degradação ambiental mais visível, o que gerou nos anos de 1980 uma pressão, por parte dos ambientalistas, pelo fechamento dos garimpos. Em 1989, diversos garimpos em Minas Gerais foram fechados pelo IBAMA, inclusive o de Vargem Bonita (BRASIL, 2005, p. 27).

Esse contexto, embora esteja referindo-se apenas ao garimpo numa escala rudimentar (leia-se até meados da década de 1980), possuiu outros desdobramentos, numa escala maior, com a entrada de grandes mineradoras na região com o aval do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), assim como de licenças de exploração concedida pelo IBAMA na área de 130 mil hectares analisada nessa pesquisa, visto os vários entendimentos e propostas sobre a real área do PNSC.

A descoberta de kimberlitos ocorreu quando o Sr. Darcy Garcia Palma, novembro de 1990, requereu junto ao DNPM autorização para pesquisa de areia industrial, no local denominado Fazenda Messias, no município de São Roque de Minas. **Com a constatação da ocorrência kimberlitos o direito minerário foi repassado para a Mineração do Sul Ltda, cuja averbação foi publicada no DOU em junho de 1997. Em janeiro de 1998, a empresa comunica oficialmente ao DNPM a existência de uma nova substância, diamante industrial. No mês seguinte foi protocolado junto ao DNPM Plano de Pesquisa para o diamante. A Mineração do Sul Ltda passa a denominar essa possível mina como Canastra I.** O licenciamento ambiental para a pesquisa foi realizado, no âmbito do COPAM/FEAM processo número 160/98/01/98, tendo a Licença de Operação para Pesquisa Mineral emitida

pela Fundação Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais, com o N° 288, com validade até 23/09/1999, tendo sido prorrogado por mais um ano, conforme OF/OS/COPAM N° 1442/99 de outubro de 1999 (BRASIL, 2005, p. 261; grifo nosso).

A partir de autorizações do DNPM para que mineradoras de diamantes pesquem na região por um determinado período, a empresa Mineração do Sul Ltda., do conglomerado De Beers Consolidated Ltd. (multinacional sul-africana), atualmente denominada de SAMSUL-BDY e sua subsidiária brasileira a SOPEMI - Pesquisa e Exploração de Minério S/A, iniciaram, na década de 1990, algumas pesquisas na região, especialmente nas proximidades da Casca D'Anta no Vale do Boqueirão ⁵.

Essa mineradora, no entanto, possui licença de pesquisa mineral desde 1978 em Minas Gerais, e, somente em 2006, portanto 28 anos após a concessão da mesma, o IBAMA embargou as pesquisas e explorações na região da Serra da Canastra por entender que a mesma estava dentro do Parque, considerando, assim, o limite dos 200 mil hectares para essa UC⁶.

Nas Fotografias 3 e 4 pode-se ver a entrada da mineradora e a estrutura para separação dos diamantes; em função da proibição das pesquisas e exploração, existem na área, atualmente, seguranças vinte e quatro horas, além de equipamentos de monitoramento, pois há muitos cascalhos que não foram separados adequadamente em função de problemas no maquinário, conforme relataram dois ex-funcionários da mineradora.

Em outras palavras, há muitos diamantes misturados que devem ser separados quando retomarem as licenças junto ao DNPM. Isso deve acontecer assim que a redefinição fundiária do PNSC for aprovada mediante uma nova legislação federal.

5 Vale salientar que há, também, licenças para exploração de quartzito (pedra mineira), caulim e alguns requerimentos para pesquisa e exploração de ouro na região, conforme consta no Plano de Manejo de 2005 do PNSC. Em relação às licenças de quartzito, as primeiras datam de 1978, conforme declarou o Presidente da Associação dos Extratores e Comercializadores de Quartzito do Médio Rio São Francisco, Sr. Jorge de Oliveira Penha, durante audiência pública em Brasília no dia 1 de novembro de 2011.

6 A Portaria n° 230, de 27 de julho de 2006, do MME-DNPM, suspendeu 156 títulos minerários na região por um ano, conforme sugestão do GTI – Grupo de Trabalho Interministerial de janeiro de 2006, responsável pelos estudos relativos à revisão dos limites do PNSC; enquanto a Portaria n° 373, de 27 de outubro de 2010, suspende pelo prazo de quatro anos, a contar de 5 de julho de 2008 até 5 de julho de 2012, prorrogáveis a critério do DNPM, a vigência dos títulos minerários na região da Canastra. Em consulta à página do DNPM: <<http://www.dnpm.gov.br>>, na sessão legislação, em 14 de fevereiro de 2013, a Portaria n° 373 está em vigor, isso significa que foi prorrogada. Todavia, não consta nenhuma portaria e/ou documento informando sobre tal medida.



Fotografia 3 e 4: Entrada e Pátio da Mineração do Sul no Vale do Boqueirão em 1998

Fonte: Arquivo pessoal de Sanzio Rafael de Almeida. Pesquisa de Campo, 14 de janeiro de 2011, Vale da Babilônia - Delfinópolis.

Como se trata de licença de pesquisa e não de exploração e beneficiamento de diamantes (Kimberlito 1), evidencia-se os múltiplos interesses do Estado em consonância com as estratégias dessas empresas multinacionais, que se apropriam de uma parcela do território, ampliando as relações de poder. Na Fotografia 5 temos uma vista geral da área da mineradora SAMSUL; em destaque (vermelho), a área aproximada da intrusão e, ao fundo, a Serra da Canastra.



Fotografia 5: Vista geral da mineradora Mineração do Sul - SAMSUL

Fonte: (CHAVES et al., 2008, p. 359).

Segundo entrevista com Sanzio⁷, que trabalhou na mineradora até 1998, na época tinham 1650 tambores, cada um possuía entre 400 e 700 kg de cascalho para serem garimpados. Com o fim da licença, os tambores estão lá na área da mineradora até hoje, aguardando por novas licenças para serem separados. Há indícios que muitos tambores foram retirados, mesmo com a proibição, e levados para o exterior ⁸.

A mineradora tinha 45 funcionários, sem contar os engenheiros e administradores estrangeiros que frequentavam a mineradora. A estrutura básica da mineradora, assim como as estradas, foi planejada conjuntamente com o IBAMA e a exploração inicial durou um ano e três meses, ou seja, de julho a outubro de 1998.

Nas terras da Mineração do Sul, onde desenvolveu parte das pesquisas e exploração dos diamantes, foram escavados seis poços de pesquisa (Fotografia 6), os quais apresentaram grande quantidade de microdiamantes, conforme os estudos desenvolvidos por Chaves et al. (2008).



Fotografia 6: Escavações para pesquisa e exploração de diamantes (Kimberlito Canastra-1) em 1998

Fonte: Arquivo pessoal de Sanzio Rafael de Almeida. Pesquisa de Campo, 14 de janeiro de 2011, Vale da Babilônia - Delfinópolis.

Ao analisar a fotografia, é possível verificar a dimensão de um dos poços; nota-

7 Camponês no Vale da Babilônia.

8 Entrevista realizada em 14 de janeiro de 2011.

se o tamanho da retroescavadeira (canto superior esquerdo da fotografia) na estrada, em relação ao poço. É uma estrutura significativa para uma licença, cuja finalidade é a pesquisa. Todavia, é de conhecimento que houve exploração para comercialização de diamantes, durante conversa com outro ex-funcionário da De Beers/Samsul no Barreiro – Distrito de São Roque de Minas; ele confirmou que há processos na justiça contra a mineradora, pois ela coagiu alguns funcionários a pedirem demissão com o fim da licença do DNPM em 2006.

Segundo Barbosa (2007), a mineradora sul-africana comprou 40 hectares da fazenda Cachoeirinha que possuía 120 hectares, a mineradora não apresentou proposta para o restante da propriedade. Todavia, sabe-se que há outros mapeamentos que ultrapassam os 40 hectares pertencentes à mineradora ⁹.

Durante a entrevista com Sanzio, o mesmo afirmou que a mineradora tem 300 hectares, os quais foram comprados por um “laranja” - “testa de ferro”, uma pessoa da cidade de Franca-SP, com o propósito de criar peixes na região. A mineradora disponibilizou um milhão de reais para comprar essa área que saiu por 650 mil reais, o restante ficou, supostamente, para essa pessoa da cidade de Franca. A artimanha utilizada para compra da terra de camponeses se manteve, pois a mineradora só iniciou a exploração após cinco anos da compra das terras, conforme relatou Sanzio em janeiro de 2011.

Para Patrícia Mesquita, do Instituto Socioambiental (ISA), logo após a descoberta de diamantes a mineradora perfurou alguns buracos que chegavam a 600 metros de profundidade e,

[...] mesmo possuindo apenas licenças para pesquisa, a DE BEERS já explorou economicamente a jazida, pois extraiu além do limite de 30 mil quilates de diamantes estipulado pela licença. Diamantes estes que saíram do país sem qualquer arrecadação de impostos para a Receita Federal. Devido a esse fato, a licença foi suspensa e no momento as atividades encontram-se paradas à espera de uma licença para lavra¹⁰.

Essas denúncias foram feitas pela ONG SOS Lobo-Guará em 2006 e encaminhadas ao Ministério Público Estadual de Minas Gerais, que acionou os órgãos competentes que suspenderam as licenças da mineradora. Até janeiro de 2013 o processo movido pela mineradora estava no Poder Judiciário sob a justificativa de garantir o direito de continuarem explorando a área.

Nesse contexto, entende-se que o DNPM expediu títulos minerários na região

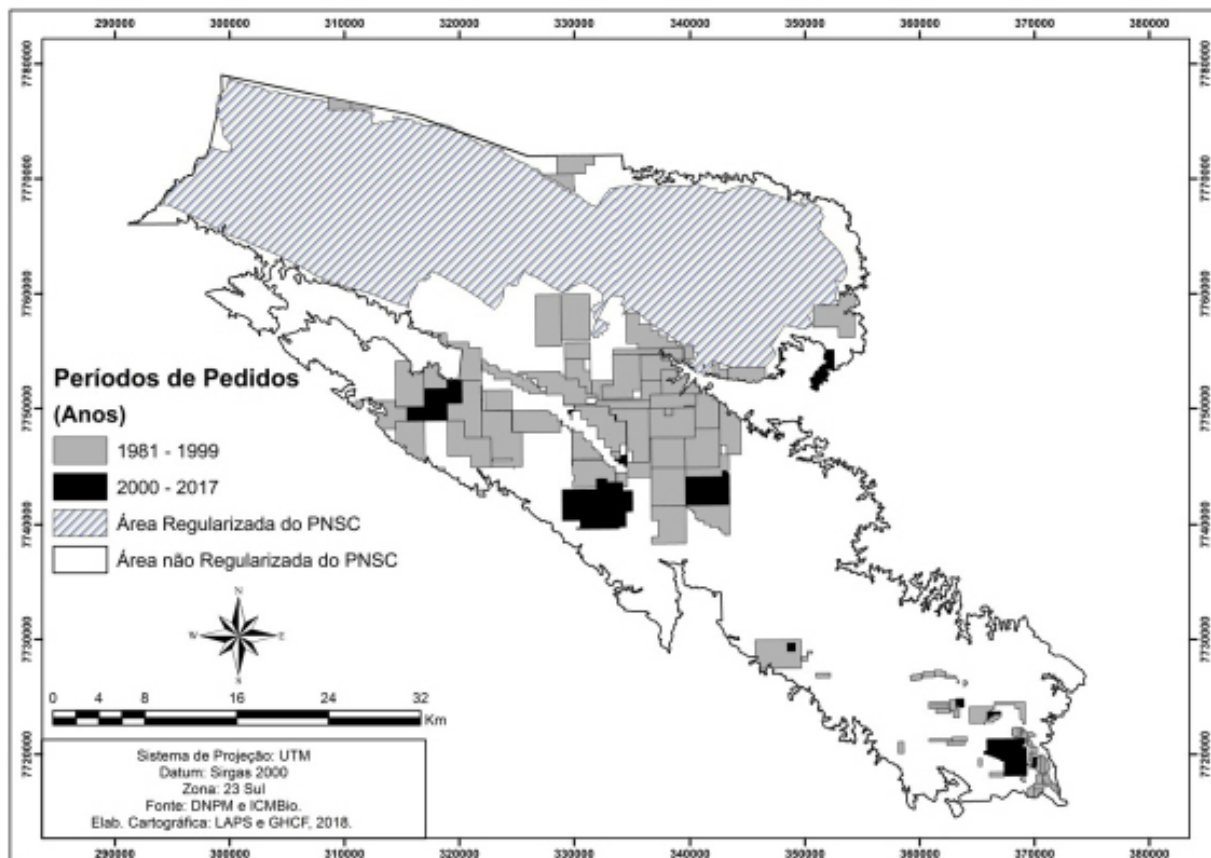
9 De acordo com a proposta atual para revisão de limites do PNSC, com a criação do Monumento Natural Vales da Canastra de novembro de 2011, a área excluída para mineração do Canastra 1 é de 694 hectares, revelando, portanto, a futura exploração dos diamantes (Kimberlitos) na região. Há, também, outros 1.465 hectares para exploração do Canastra-8, próximo à área urbana do município de Delfinópolis, e 5.734 hectares para exploração de quartzito próximo ao trecho de Furnas.

10 Disponível em: <http://www.socioambiental.org/website/parabolicas59/impreso/p_canastra.htm>. Acesso em: 13 fev. 2013.

11 Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=67&IDPagina=84&IDLegislacao=640>>. Acesso em: 16 jan. 2011.

juntamente com o aval do órgão ambiental. Por isso, entende-se que, a priori, não há ilegalidade na exploração; além disso, legitimam o argumento de que não estão dentro do PARNA. Portanto, para o DNPM e IBDF o Parque possuía 72 mil hectares.

No Mapa 1, é possível visualizar as licenças que o DNPM forneceu na região do PNSC. A Mineração do Sul Ltda., ou SAMSUL Mineração Ltda., por exemplo, possuem 93 licenças das 155 registradas junto ao DNPM, conforme Portaria nº 373, de 27 de outubro de 2010 do MME-DNPM, que disciplina os direitos minerários incidentes no perímetro do Parque Nacional da Serra da Canastra e dá outras providências¹¹.



Mapa 1: Licenças de pesquisa mineral na região do PNSC

Fonte: Adaptado de SIAM, DNPM e ICMBIO. Org.: GHCF e LAPS, 2018.

O mapa anterior demonstra parte do antagonismo entre a exploração mineral e a conservação da natureza por meio do PARNA, bem como sua área de amortecimento. Acrescenta-se, ainda, que tais licenças estão no território camponês, cujas atividades agropastoris são majoritárias nessa área.

Esse interesse pela mineração na região é grande; antes mesmo da criação do Parque, há registro de levantamentos minerários na região por parte dos órgãos oficiais. No Vale da Babilônia, alguns camponeses auxiliaram inclusive em algumas medições no Vale e no Chapadão.

Zé Bernardes: Esse povo conhece esse mundo tudo, cortô esse mundão aqui! Essa área que eles querem tá cortado igual cê põe um doce numa tabua grande assim [gestos] e corta ele em cruz. Esse povo sabe tudo que têm por baixo desse

chão aqui, sabe tudo! Conhece tudo! Eles cortô isso aqui de avião e com um aparelho pequeno assim [gesto] e de cem em cem metros assim eles iam até lá perto de Sacramento, para aqueles mundo de lá! Cortô isso assim nossa! Eu tava lá no arto da serra fazendo um mata burro com o Reizinho [camponês do Vale da Babilônia] e eles [avião] passava pertinho da gente, desci beirando a serra e subia na outra assim, subia e perdia de vista. Daqui um pouquinho vinha ele apontando lá. Ia até Itaú [de Minas] prá lá assim. Daí uns dez minutos voltava de novo. Cortô esse mundo aqui tudo. E aqui no chão já tinha cortado isso aqui de fora a fora assim esses córgo. Esses córgos ai tá tudo tirado cascalho e levado embora, tudo, tudo!

Gustavo: Isso foi antes do Parque?

Zé Bernardes: foi mais prá cá, lá nos anos 80 [1980], já tinha medido isso ai já. Tem marquinha pregada prá toda banda, né? Ali mesmo na entrada [do sítio] tem um toco com uma plaquinha de alumínio pregada ali! Em outros lugares tem em árvores e nuns pilares [estacas] na serra e no vale afora ¹².

A menção ao “povo” refere-se ao IBAMA, e, mais recentemente, ao ICMBio e os demais órgãos responsáveis pelos levantamentos topográficos e geológicos já realizados na região do PNSC antes mesmo da criação dessa UC. Em relação às plaquinhas de alumínio indicadas, pode-se observar, nas Fotografias 8 e 9, a localização de uma delas a quatro quilômetros da cachoeira do Quilombo, na propriedade do Sr. Zé Bernardes com a inscrição nº 67.479.



Fotografias 8 e 9: Localização da placa referente aos levantamentos realizados no Vale da Babilônia¹³

Autor: Gustavo H. Cepolini Ferreira.

A indagação que move a explicação do camponês está atrelada ao conhecimento que ele possui sobre a região e sobre as riquezas minerais existentes, as quais são motivos de especulações e expropriações, ora pela constituição de um Parque Nacional

¹² Entrevista realizada em 13 de janeiro de 2011 no Vale da Babilônia.

¹³ Em entrevista com o Sr. Vicente, atualmente dono de um bar e restaurante em São João Batista da Canastra em janeiro de 2011, o mesmo confirmou que parte das placas refere-se à demarcação do Parque com aproximadamente 72 mil hectares e, posteriormente, houve também alguns levantamentos para expansão do PNSC e também para levantamento mineral, os quais utilizaram placas similares. Revelando, portanto, que há vários mapeamentos tanto no tocante ao Parque quanto ao potencial mineral da região.

ora pela própria mineração.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desdobramentos dessa leitura sobre as nascentes do rio São Francisco em Minas Gerais, e alguns pressupostos que levaram a criação e ampliação do Parque Nacional da Serra da Canastra (PNSC) durante a Ditadura Militar e mais recentemente sob a égide da democracia, revelam as contradições históricas para consolidar uma UC expropriando os camponeses sob inúmeros pretextos.

Destaca-se que durante muitos trabalhos de campo, escutei diversas comparações entre dois momentos históricos – o primeiro da criação do Parque na década de 1970 com aproximadamente 72 mil hectares, e o segundo a partir de dois documentos oficiais (Plano de Manejo de 2005 e do Grupo de Trabalho Interministerial de 2006), os quais afirmam que o PNSC possui em torno de 200 mil hectares. Muitas falas dos meus entrevistados revelam inclusive a violação dos direitos humanos aos camponeses, comumente denominados também como “Canastreiros”. Mediante inúmeras propostas para regularização fundiária do Parque Nacional da Serra da Canastra e algumas resistências, sobretudo, por parte dos camponeses, fizeram com que diferentes ações chegassem até a Justiça Federal.”

E, após muitos debates, análises, ameaças, multas, anulações e liminares o Juiz Federal de Passos-MG, Dr. Bruno Augusto Santos Oliveira iniciou um Projeto de Reconciliação da Serra da Canastra, culminando na instauração em janeiro de 2015 da “*Comissão da Verdade e Reconciliação da Serra da Canastra*”, cujo objetivo é construir uma alternativa consensual para resolução do conflito na Serra Canastra. “O Projeto Canastra – Justiça e Reconciliação surgiu a partir da necessidade de busca de uma alternativa consensual para a resolução de um conflito judicializado na Justiça Federal há 38 anos: a criação e implantação do Parque Nacional da Serra da Canastra”¹⁴.

Essa iniciativa baseia-se nos estudos de Fernandes (2012), Ferreira (2013) e na obra “*Designing Systems and Processes for Managing Disputes*” (Configurando Sistemas e Processos para Lidar com Conflitos) de Rogers et al. (2013). E, vem obtendo certo êxito no tocante aos diálogos entre os “refugiados” pela conservação ambiental, sobretudo, os camponeses.

Tais trabalhos também estão sendo acompanhados pela Defensoria Pública da União (DPU), Ministério Público Federal (MPF), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFB), etc. Há também uma Perícia Judicial em andamento que além dos levantamentos de campo está propiciando várias oficinas com as comunidades da Canastra atingidas nesse árduo e moroso processo

14 Disponível em: < <http://projetocanastra.com.br/institucional/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CHAVES, Mario L. de Sá et al. Kimberlito Canastra-1 (São Roque de Minas, MG): geologia, mineralogia e reservas diamantíferas. **REM: R. Esc. Minas**, Ouro Preto, 61(3): 357-364, jul. set. 2008. disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/564/56416454014.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

FERNANDES, Vanessa Samora R. **Entre a regulação e a emancipação social: desafios à continuidade do lugar frente ao Parque Nacional da Serra da Canastra – MG**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Belo Horizonte: UFMG, 2012.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. **A Regularização Fundiária do Parque Nacional da Serra da Canastra e a expropriação camponesa: da baioneta à ponta da caneta**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 2013.

_____. **Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa**. São Paulo: Entremares, 2018.

LOURENÇO, L. A. B. **A Oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista**. Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia: EDUFU, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Lyria C. de Andrade. **Produtores rurais e Parque Nacional: um estudo de caso na Serra da Canastra – MG**. 1992. Dissertação (Mestrado em Administração Rural). Escola Superior de Agricultura de Lavras, Lavras.

PÁDUA, Maria T. J.; COIMBRA FILHO, Ademar F. **Os Parques Nacionais do Brasil**. Madrid: Instituto de Cooperação Iberoamericana/Instituto de la Caza Fotográfica y Ciencia de La Natureza – INCAFO, 1979.

PÁDUA, Maria T. J. **Os Parques Nacionais e Reservas Biológicas do Brasil**. Brasília: IBDF, 1983.

ROGERS, Nancy et al. **Designing Systems and Processes for Managing Disputes**. New York: Wolters Kluwer Law and Business, 2013.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às Nascentes do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.

SOARES, C. C.; BIZERRIL, M. X.; SANTOS, J. P. (orgs.). **Um lugar chamado Canastra**. Atibaia-SP: Instituto Pró-Carnívoro, 2008.

SOBRE O ORGANIZADOR:

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - “Cinema, comunicação e regionalização” no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: *No chão e na Educação: o MST e suas reformas* (2011), *Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil* (2011), *Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem* (2013), *Agroecologia, Alimentação e Saúde* (2014), *Gestão Ambiental* (2015), *Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais* (2016), *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais* (2016), *Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas* (2017), *Atlas de Conflitos na Amazônia* (2017), *Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa* (2018), *Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2* (2019), *Geografia Agrária* (2019), entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepholini@unimontes.br

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 56, 65, 66, 67, 144

Agrobiodiversidade 44, 46, 49, 50, 51, 52, 53

Águas termais 140, 141, 145, 146, 149

Análise espacial 69

Araraquara 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91

B

Brasil 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 20, 21, 27, 28, 30, 31, 32, 41, 42, 43, 50, 53, 54, 57, 58, 59, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 80, 81, 82, 84, 92, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 119, 123, 124, 126, 131, 139, 140, 147, 150, 151, 161, 163, 164, 165, 166, 171, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 193, 194

C

Campesinato 12, 15, 58

Cana-de-açúcar 75, 83, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 131

Capital financeiro 2, 4, 8, 11, 120, 140, 141, 147

Cerrado 14, 75, 80, 81, 140, 146, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172

Cidades intermediárias 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123

Cidades locais 126

Commodities 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 73

Comunidades 27, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 129, 170, 171, 173

Comunidades tradicionais 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 170, 173

Currículo 174, 175, 178

D

Desenvolvimento 2, 4, 9, 10, 11, 14, 15, 29, 30, 32, 33, 37, 39, 41, 42, 43, 45, 59, 61, 67, 70, 71, 73, 74, 79, 83, 84, 85, 95, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 110, 111, 112, 119, 122, 124, 126, 129, 131, 141, 144, 151, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 171, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 182, 183, 187, 188, 191

Divisão territorial do trabalho 1, 2, 8, 10, 11, 109, 110

E

Ecologia 163, 172

Ensino de geografia 174, 175, 176, 178, 183, 186, 187, 192, 193, 194

Espaço 29, 30, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 58, 66, 74, 85, 89, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 111, 112, 113, 114, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 139, 141, 147, 150, 158, 159, 164, 172, 179, 180, 187, 188, 189, 193

Espaço rural 29, 30, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 44, 45, 49, 53

Espaço urbano 39, 98, 99, 100, 103, 111, 114, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 139

Exportações 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Externalidades negativas 126, 132, 133, 139

F

Formação de professores 186, 187

G

Geografia escolar 174, 186, 187, 188, 192

Geoprocessamento 59, 83, 151, 154, 155, 159, 161, 172

H

Homogeneização 83, 84, 85, 86, 90, 92, 93

I

Irrigação 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81

L

Lineamentos 151, 154, 155, 156, 157, 159

M

Meio natural 140

Mobilidade urbana 117, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139

Modelado cárstico 151, 153, 154, 156, 158

Música 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193

N

Neurociência 174, 175, 176, 177, 178, 180, 183, 184, 185

P

Pivô central 69, 71, 74, 75, 76, 78, 79, 80

Pluriatividade 29, 38, 40, 41

Práticas culturais 44, 47

Preservação 53, 69, 144, 163, 166, 170, 171

Q

Quilombolas 14, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66

R

Raciocínio geográfico 174, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183

Recursos naturais 9, 31, 37, 49, 61, 67, 69, 72, 79, 80, 110, 141, 150, 164, 170, 171, 181

Reestruturações urbanas 106, 107, 108, 109, 111, 117, 119, 121

Remanescentes 39, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 67

Reprimarização 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 83, 86, 89

Resistências 27, 55

S

São Carlos 83, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 92

Serra da Canastra 12, 13, 14, 21, 22, 25, 27, 28, 194

T

Território 9, 12, 13, 14, 15, 22, 25, 28, 38, 41, 42, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 66, 71, 85, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 104, 105, 121, 122, 124, 140, 164, 166, 171, 189, 194

U

Unidade de conservação 12

Uso da água 16, 69, 72, 73, 78, 79, 80

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-653-9

